

## **Alterações no processo de recurso de 2022-2023** ([Projeto de Lei 188 do Senado](#), Capítulo 49, Estatutos de 2022)

### **Por que as alterações foram feitas?**

Clientes, famílias e defensores de centros regionais disseram que o processo de resolução de desacordos com os centros regionais era difícil, complicado de entender e assustador, principalmente quando questionar as autoridades não é comum ou culturalmente aceito. Todos queriam um lugar seguro que os ajudasse a resolver conflitos com os centros regionais referentes a questões de elegibilidade e decisões sobre serviços. Muitas famílias também afirmaram que sua representação legal durante o processo não foi igual à representação dos centros regionais e que não têm tempo nem recursos financeiros para recorrer de uma decisão do centro regional.

### **O que mudou?**

As leis relativas ao processo de recurso foram [alteradas](#) para facilitar o processo. A última das alterações teve início em 1.º de março de 2023. As alterações incluíram:

- A equipa do Plano de Programa Individual (IPP, na sigla em inglês) e os tomadores de decisão nos centros regionais devem considerar a sua necessidade de serviços, os problemas que tem para obter serviços e qualquer outra coisa que você queira que saibam.
- Se você e o centro regional não concordarem, será enviado um Aviso de Ação, conhecido como NOA, na sigla em inglês. Um acordo significa que você assinou o IPP, a lista de serviços ou qualquer outra coisa que inclua o desacordo. Se o centro regional acreditar que você concordou, será enviada uma “Carta de Crença de Boa Fé” para informar isso.
- O Departamento de Serviços de Desenvolvimento (DDS) criou um novo [site](#) para o processo de recurso, fornecendo informações e exibindo formulários e dados sobre o processo. O novo pacote de informações no site explica todo o processo, como fazer as coisas em cada parte do processo e como obter ajuda.
- O DDS criou novos formulários do processo de recurso que podem ser preenchidos virtualmente. O novo formulário de pedido de recurso permite escolher entre uma reunião informal, mediação ou audiência. É possível mudar de ideias mais tarde sobre a opção desejada.
- Agora, os pedidos de recurso são enviados ao DDS antes de ser enviados ao centro regional que tomou a decisão.
- Agora, você tem 60 dias para recorrer de uma decisão do centro regional, em vez de 30 dias.
- O centro regional não pode incluir um advogado numa reunião informal, mediação ou audiência, a menos que você seja um(a) advogado(a) ou tenha um(a) advogado(a) consigo.
- O seu primeiro pedido para reagendar a sua audiência para uma data posterior será aprovado.
- Os centros regionais devem fornecer-lhe uma declaração sobre as medidas a serem tomadas. A declaração deve incluir o motivo da decisão, a lei e os documentos correspondentes.
- Se tiver avaliações ou relatórios profissionais relacionados ao seu recurso, deverá entregá-los ao seu centro regional. Também deve fornecer uma lista de quem falará consigo na audiência.

- Os oficiais de audiência devem tornar a audiência um local confortável para partilhar informações e divulgar todos os fatos.
- Agora, o DDS toma decisões finais sobre audiências relacionadas a [tópicos](#) específicos.
- Você pode solicitar a reconsideração de uma decisão final de audiência dentro de 15 dias, se achar que houve um erro jurídico, factual ou administrativo na decisão.
- Os centros regionais devem [executar](#) a decisão final da audiência no prazo de 30 dias a partir da decisão ou decisão corrigida. Caso contrário, você pode pedir ajuda ao DDS.
- O Gabinete de Audiências Administrativas criou uma [Comissão de Assessoria](#) para recomendar possíveis melhorias no processo de audiência.

### Onde estamos agora?

O DDS continua a facilitar o processo de recurso para autodefensores e famílias. Se tiver comentários ou ideias para outras alterações, envie um e-mail a [appealsinput@dds.ca.gov](mailto:appealsinput@dds.ca.gov).